



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – EDITAL Nº 90018/2024

Objeto: Fornecimento, transporte, carga e descarga de Escavadeiras Hidráulicas, por sistema de registro de preços – SRP, destinados ao atendimento de diversos municípios na área de atuação da Codevasf nos Estados do Amapá, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco (15ª/SR), Rio Grande do Norte, Tocantins, Goiás, Minas Gerais (16ª/SR) e Distrito Federal distribuídos em 10 (dez) itens, conforme descrito no Anexo I do Termo de Referência.

OBJETIVO

Analisar o recurso apresentado pela empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, CNPJ nº 14.707.364/0001-10, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que aceitou e habilitou a proposta da empresa CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ nº 11.239.764/0001-50 (itens 01 e 02), e CNPJ nº 11.239.764/0002-31 (item 08) do Edital 90018/2024.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se do Edital nº 90018/2024 – Pregão Eletrônico, cujo objeto é o Fornecimento, transporte, carga e descarga de Escavadeiras Hidráulicas, por sistema de registro de preços – SRP, destinados ao atendimento de diversos municípios na área de atuação da Codevasf nos Estados do Amapá, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco (15ª/SR), Rio Grande do Norte, Tocantins, Goiás, Minas Gerais (16ª/SR) e Distrito Federal distribuídos em 10 (dez) itens, conforme descrito no Anexo I do Termo de Referência.

A proposta da empresa CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ nº 11.239.764/0001-50 (itens 01 e 02), e CNPJ nº 11.239.764/0002-31 (item 08) foi aceita e habilitada.

Tempestivamente, a empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, registrou intenção de recurso no sistema e, em continuidade, dentro do prazo estabelecido, encaminhou seu recurso.

De maneira também tempestiva, a empresa CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ nº 11.239.764/0001-50, apresentou sua contrarrazão para o item 01.

RECURSO, CONTRARRAZÃO E ANÁLISE

Quanto ao recurso impetrado para os referidos itens, em suma, a recorrente dispõe acerca de alegada tentativa de burla a sanção e alegada irregularidade nas especificações técnicas.

Sendo assim, analisaremos por partes:

I – Quanto à alegação de tentativa de burla a sanção:

Em seu recurso, a empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, em suma, alega:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

1. Que as empresas DNM, BRE e CBMAQ pertencem ao mesmo grupo econômico e foram desclassificadas por fraude em uma licitação anterior.
2. Que uma ação judicial envolvendo a ASCOMM e a CBMAQ, devido a defeitos em um trator vendido pela DNM, evidencia confusão patrimonial e integração em grupo econômico.
3. Que a CBMAQ e a DNM compartilham o mesmo quadro de funcionários e contador, indicando operações conjuntas.
4. Que há vínculos familiares diretos entre os administradores da CBMAQ e da DNM, sugerindo um grupo familiar e econômico.
5. Que a DNM seria uma empresa de fachada da CBMAQ, sem estrutura própria e utilizando recursos da CBMAQ.

Já em sua contrarrazão, a empresa CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS LTDA expõe que:

1. A proibição de participação de empresas suspensas ou impedidas de licitar com a Codevasf não se aplica à CBMAQ, conforme consulta ao SICAF, que confirma a inexistência de impedimentos contra a empresa.
2. A única sócia da CBMAQ não tem participação em nenhuma empresa suspensa, impedida ou considerada inidônea.
3. A sócia-administradora da CBMAQ nunca foi envolvida em empresas sancionadas durante períodos que motivaram penalidades.
4. Nenhum membro da diretoria da CBMAQ tem vínculo com empresas declaradas inidôneas.
5. A CBMAQ opera de forma independente, sem subordinação a outros grupos empresariais ou econômicos.
6. A empresa possui independência financeira e não compartilha recursos ou obrigações financeiras com outras entidades.
7. O controle acionário e a gestão da CBMAQ são autônomos, com decisões estratégicas internas.
8. Relações comerciais da CBMAQ com outras empresas seguem práticas de mercado comuns, sem influência de grupos econômicos.
9. Não há membros comuns entre os sócios da CBMAQ e da DNM, evidenciando que os quadros societários não infringem as regras de inadmissão do item 3.9 do edital.

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

Considerando a alegação de tentativa de burla a sanção exposta pela recorrente, cabe ressaltar de pronto que as alegações aqui formuladas quanto a esse tópico não são inéditas, já tendo sido analisados seus méritos pela Codevasf anteriormente. Como exemplo, citam-se os Editais 69/2023, itens 1 e 3: Processo nº: 59500.001922/2023-41-e, com homologação pela Presidência da Codevasf da Decisão do Pregoeiro à peça nº 96; e 75/2023, item 1: Processo nº: 59500.001912/2023-13-e, com homologação pela Presidência da Codevasf da Decisão do Pregoeiro à peça nº 128.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Cumpre salientar que, com a devida fundamentação e posterior homologação pela Presidência da Codevasf, as decisões para os referidos Editais foram julgadas improcedentes, conforme se extrai dos textos das decisões relatados abaixo:

“Prezando, também, o princípio do julgamento objetivo, que garante que o julgamento das propostas apresentadas pelos licitantes seja pautado em critérios objetivos previstos na legislação, e não havendo comprovação substancial do que foi trazido pela recorrente, torna-se improcedente o que foi trazido pelo recorrente.”

DECISÃO DO PREGOEIRO AO RECURSO ADMINISTRATIVO –
Edital nº 69/2023 (Proc. 59500.001922/2023-41-e, peça nº 80)

“Pelo exposto, após análise dos autos concluo que não resta comprovado a formação de grupo econômica, nem a prática de conluio entre as empresas, motivo pelo qual o recurso interposto deve ser julgado improcedente.”

DECISÃO DO PREGOEIRO AO RECURSO ADMINISTRATIVO –
Edital nº 75/2023 (Proc. 59500.001912/2023-13-e, peça nº 123)

Por conseguinte, considerando que o recurso foi analisado de forma completa e devidamente fundamentada nos referidos processos licitatórios anteriores, e que os elementos fáticos e jurídicos que envolvem o recurso permanecem inalterados, havendo identidade entre as situações, sem fato novo a ser analisado, entende-se que não há necessidade de nova análise. Assim, **seguem-se mantidas as decisões** proferidas nos Editais 69/2023 e 75/2023 da Codevasf, em observância aos princípios da segurança jurídica, da vinculação ao instrumento convocatório e, principalmente, da eficiência, em busca da otimização dos atos administrativos, evitando redundância e duplicação de esforços.

Sendo assim, dado o exposto, quanto a esse aspecto, considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**.

II – Quanto à alegação de irregularidade nas especificações técnicas:

Em seu recurso, a empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, em suma, alega:

1. Que há necessidade de demonstração pela parte recorrida de Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (“LCVM”) em quantidades ilimitadas ou comprovação de não superação do limite de venda no referido prazo de vigência da licença.
2. Que a proposta da CBMAQ incluía um produto que não atendia às especificações técnicas do edital, como cabine ROPS/FOPS e certificado MAR-I.

Já em sua contrarrazão, a empresa CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS LTDA expõe que:

1. A CBMAQ refuta a acusação de que sua proposta para os itens aplicáveis não atendeu às especificações técnicas de cabine ROPS/FOPS, e apresentou documentação comprovando



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

que o equipamento ofertado possui as características exigidas, conforme catálogo detalhado.

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

No que tange à alegação de irregularidade nas especificações técnicas exposta pela recorrente, ressalta-se que a aprovação das especificações técnicas no certame foi realizada após consulta à área técnica, a qual indicou a devida conformidade.

Ademais, quando do recebimento do presente recurso, houve consulta à área técnica visando obtenção de manifestação em relação aos aspectos técnicos apresentados neste momento.

Em resposta à solicitação, a área técnica emitiu documento com a análise, a qual segue repercutida abaixo:

“Recursos: ITENS: 1, 2 e 8 – XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA x CBMaq

Assunto: Certificação MAR-I/TIER III E CABINE ROPS

1. **Certificação MAR-I:** O Termo de Referência do edital requer que os Escavadeiras Hidráulicas estejam em conformidade com padrões de emissão de poluentes, adequados ao contexto da licitação. No recurso, a XCMG aponta que os equipamentos ofertados pelas empresas concorrentes carecem da certificação MAR-I., contudo, a análise dos catálogos técnicos apresentados pela empresa CBMAQ no ato da habilitação demonstraram que os equipamentos ofertados estavam em conformidade com o padrão de emissões MAR-I /EPA Tier III.

Além disso, o edital não exige a apresentação da Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) como documento obrigatório para comprovação, bastando que os produtos estejam de acordo com os padrões de emissão especificados. Assim, com base nas informações técnicas, proposta e documentações apresentadas, considera-se que as máquinas ofertadas cumprem as especificações de emissão de poluentes definidas no Termo de Referência.

2. **Cabine com Proteção ROPS/FOPS:** No que tange à proteção ROPS/FOPS, o mesmo catálogo técnico fornecido pela empresa CBMAQ, também indica que o modelo ofertado possui essas características, conforme requisitado pelo Termo de Referência. Portanto, a documentação técnica comprova que os equipamentos estão de acordo com as exigências de segurança para o operador, atendendo às especificações de cabine com proteção ROPS/FOPS em conformidade com o Termo de Referência.

Dessa forma, após análise técnica dos Recursos, Contrarrazões e documentações apresentadas, constatou-se que a empresa CBMAQ atende aos requisitos técnicos estabelecidos pelo edital, especificamente em relação às certificações MAR-I e proteções ROPS/FOPS.

Cabe destacar, que as propostas e os catálogos técnicos apresentado pela empresa no momento da habilitação estavam em conformidade com as exigências previstas no edital. Ressalta-se, ainda, **que a entidade pública possui discricionariedade para incluir ou não tais exigências**, levando em conta a especificidade do processo licitatório e a



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

complexidade técnica dos equipamentos. Adicionalmente, **cabe à entidade realizar diligências junto aos licitantes**, solicitando documentos, laudos, memoriais de cálculo, entre outros, **sempre que julgar necessário**.

Assim, recomenda-se o **indeferimento** do recurso apresentado pela XCMG, com a manutenção da habilitação da empresa mencionada no certame.”

À vista da análise realizada pela área técnica, tanto no momento de aceitabilidade das propostas, quanto no momento de apresentação do presente recurso, não há que se falar em inadequação ou irregularidade nas especificações técnicas e demais exigências. Sendo assim, dado o exposto, quanto a esse aspecto, considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e esgotados os aspectos alegados pela recorrente, considera-se **IMPROCEDENTE** o recurso impetrado pela empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, CNPJ nº 14.707.364/0001-10, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que aceitou e habilitou a proposta da empresa CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ nº 11.239.764/0001-50 (itens 01 e 02), e CNPJ nº 11.239.764/0002-31 (item 08) do Edital 90018/2024.

Brasília/DF, 2024.

Assinado Eletronicamente
Victor Leopoldo Batista de Moura Cantalice
Pregoeiro – Decisão 1281/2024
(Comissão Permanente)